Relatório do Sexto

Fórum Anual de Inclusão Financeira da SADC

Índice

Lista de Acrónimos 3
Introdução 4
Dia 1 5
- Boas Vindas 5
- Discurso de abertura 5
- Preparar o terreno 6
- Relatório Intercalar 8
- **Painel:** Financiamento Sustentável, Inclusão Financeira e Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 10
- **Painel:** Inclusão Financeira e Empoderamento da Mulher 12
- Sessões da Comissão 14

Dia 2 17
- Discurso de abertura 17
- Debate com os Estados-Membros 18
- **Painel:** Transferências transfronteiriças de capitais, remessas e comércio 19
- **Painel:** Modelos de Financiamento Climático Relevantes para o Mercado da SADC 22
- Observações Finais 25

Lista de Acrónimos

ACCP	Avaliação, Conceito, Concepção e Piloto
AML	Anti-Branqueamento de Capitais
CCBG	Comité dos Governadores dos Bancos Centrais
CFT	Combate ao Financiamento do Terrorismo
DFS	Serviços Financeiros Digitais
eKYC	Conhecer Electronicamente o seu Cliente
ESG	Governação Social Ambiental
CIF	Comité de Inclusão Financeira
FIP	Informação Financeira e Processamento
FSDMoc	Aprofundamento do Sector Financeiro em Moçambique
FSDA	Aprofundamento do Sector Financeiro em África
IWEE	Industrialização do Empoderamento Económico da Mulher
KYC	Conhecer o seu Cliente
MAP	Tornar o Acesso Possível
MFI	Instituições de Microfinanças
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NFIS	Estratégia Nacional de Inclusão Financeira
PPRM	Matriz de Resultados Público-Privada
RTGS	Liquidação Bruta em Tempo Real
SACCO	Cooperativa de Poupança e Crédito
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
ODS	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
SIBE	Apoio à Melhoria do Investimento e do Ambiente Empresarial
PME	Pequenas e Médias Empresas
TCIB	Transacções Compensadas de Imediato
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Introdução

O sexto Fórum Anual da SADC sobre Inclusão Financeira realizou-se de 18 a 19 de Maio de 2023 no Centro de Convenções de Sandton, Joanesburgo, África do Sul.

Em colaboração com o Secretariado da SADC, a Associação de Bancos da SADC, o FinMark Trust, o UNCDF e a União Europeia, o Fórum de 2023 adoptou um formato híbrido que permite tanto a participação virtual como um número limitado de participantes de forma presencial. O evento reuniu representantes de alto nível dos Ministérios das Finanças, dos bancos centrais, das entidades reguladoras não bancárias e do sector privado.

Este ano, o Fórum alcançou uma etapa importante com a inclusão de um discurso de abertura proferido por um Ministro, pela primeira vez na sua história. Esta inclusão trouxe valor ao evento e realçou a sua importância e impacto.

Durante o Fórum, foram abordados os temas que se seguem, que são fundamentais para a inclusão financeira, o crescimento inclusivo, as finanças sustentáveis e a integração regional:

- O projecto de estratégia quinquenal da SADC para a inclusão financeira e o acesso das PME ao financiamento;
- O financiamento digital que permite uma maior inclusão financeira e um crescimento inclusivo;
- Finanças sustentáveis e inclusão financeira como contributo para os ODS;
- Literacia financeira e protecção do consumidor; e
- Inclusão financeira que permite melhorar os meios de subsistência das mulheres na região.

Dia 1

Boas Vindas

Palavras de boas-vindas e abertura do Fórum de IF da SADC de 2023 pela Sra. Maxine Hlaba

A Sra. Maxine Hlaba deu início ao Fórum de Inclusão Financeira da SADC 2023, dando as boas-vindas aos delegados presenciais e aos que participavam nos trabalhos em modo virtual. Reconheceu que o Fórum estava a ser realizado mais cedo do que o habitual, após o quinto Fórum anual realizado em Outubro de 2022.

Agradeceu aos estimados convidados, o Excelentíssimo Ministro Karabo Gare, Ministro do Empreendedorismo do Botsuana e a Vice-Governadora Felicia P.N. Dlamini-Kunene do Banco Central de Eswatini pela sua participação.

Com todos os protocolos cumpridos, Maxine convidou o Ministro Karabo Gare a proferir o discurso de abertura no primeiro dia do Fórum de dois dias.

Discurso de abertura

Nexo entre a Inclusão Financeira e a Industrialização da SADC

Excelentíssimo Karabo Gare, Ministro do Empreendedorismo, Botswana

No seu discurso, o Ministro apresentou as boas-vindas aos convidados para o evento e sublinhou o papel fundamental que a inclusão financeira desempenha na promoção do crescimento inclusivo e sustentável nos países africanos. Sublinhou a importância dos serviços financeiros para o sector informal, que depende fortemente de remessas do exterior, de grupos e associações de poupança. Quando têm acesso a serviços financeiros, os particulares e as empresas podem poupar, investir, gerir riscos e aceder ao crédito para iniciar ou expandir actividades, o que, por sua vez, pode facilitar a criação de emprego e a geração de rendimentos.

No entanto, a realização da inclusão financeira não ocorre sem desafios. O Ministro observou que as infra-estruturas desadequadas, a literacia financeira limitada, os custos de transação mais elevados, a regulamentação rígida e as práticas discriminatórias criam obstáculos ao acesso aos serviços financeiros por parte das populações marginalizadas. O levantamento destes obstáculos exige uma actuação global que envolva os governos, instituições financeiras, reguladores e organizações da sociedade civil.

O Ministro afirmou que os governos têm um papel fundamental a desempenhar na criação de um ambiente propício à inclusão financeira. Ao formular políticas e regulamentos e ao investir nas infra-estruturas necessárias, tais como sistemas de pagamento digital e redes de agências, os governos podem promover a inovação, a concorrência e a protecção dos consumidores. As instituições financeiras também precisam de adaptar os seus produtos e serviços às necessidades das pessoas com baixos rendimentos e das pequenas empresas, adoptando tecnologias como os serviços bancários móveis e os agentes bancários para chegar às populações remotas e rurais.

O acesso ao financiamento por parte das micro, pequenas e médias empresas (MPME) continua a constituir um desafio na região. O Ministro acrescentou que a inclusão financeira por meio de produtos de crédito, seguros, poupança e transacções pode fortalecer a resiliência e o crescimento do sector das MPME, levando ao aumento do emprego e à industrialização geral.

Partilhou os avanços que o Ministério do Empreendedorismo do Botswana tem feito para reduzir os constrangimentos no acesso ao financiamento, começando com o desenvolvimento de produtos abaixo das taxas de mercado por meio das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (DFIs) para prestar apoio em termos de desenvolvimento empresarial e serviços de consultoria. Segundo o Ministro, iniciativas como o produto Mabogo-Dinku oferecido pela Agência de

Desenvolvimento Empresarial do Cidadão (CEDA) eliminaram a necessidade de garantias, o que incentivou as empresas a apresentarem pedidos de crédito em grupo para reduzir o risco de não pagamento. Para as empresas do sector informal, referiu que o produto Letlhabile oferece serviços financeiros que, de outra forma, não estariam disponíveis para estas empresas, com o único objectivo de aumentar a inclusão financeira. Foram estabelecidas parcerias com bancos e grossistas para facilitar os serviços bancários e de crédito aos clientes.

O Ministro Gare sublinhou ainda o empenho do Botswana em colaborar com as partes intervenientes para garantir o acesso a serviços básicos, como a penetração da rede móvel e os serviços de internet em todo o país. Este empenho tem sido demonstrado por meio de subsídios concedidos pela Autoridade Reguladora das Comunicações do Botswana (BOCRA), que facilitaram a construção de torres de telefonia celular em áreas financeiramente inviáveis para expandir a cobertura da rede móvel.

Destacou também o papel activo do Botswana como co-implementador do Projecto de Desenvolvimento Sustentável do Sector Privado (SPSD) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Botswana. Este esforço de colaboração visa proporcionar um desenvolvimento inclusivo das capacidades do sector privado, em particular das MPME, incluindo as que pertencem a grupos marginalizados, mulheres, jovens e pessoas com deficiência. O objectivo é fomentar o crescimento e a diversificação da economia, permitindo às MPME tirar partido de tecnologias inovadoras, plataformas digitais e serviços financeiros.

Apesar dos progressos registados, o Ministro observou que existem variações nos níveis de inclusão financeira entre os Estados-Membros da região da SADC. É necessário eliminar barreiras tais como exigências de documentação, sistemas de identificação desadequados, informalidade, falta de competências e de informação financeira, infra-estruturas limitadas e custos de transacção elevados. Sublinhou que a integração regional nos serviços financeiros e as preocupações com a cibersegurança também constituem desafios.

A expansão dos prestadores de serviços financeiros tradicionais, a melhoria das infra-estruturas, a redução dos preços e a melhoria da qualidade dos produtos financeiros são essenciais para se conseguir uma maior inclusão financeira na região da SADC. O Ministro declarou que aguardava com expectativa a realização de debates produtivos durante o fórum para fazer progredir a agenda de integração financeira em benefício dos cidadãos da região da SADC.

O Ministro concluiu o seu discurso agradecendo aos delegados presentes e declarando oficialmente aberto o Fórum de Inclusão Financeira da SADC de 2023.

Preparar o terreno

A Visão da Estratégia de Inclusão Financeira e Financiamento das PME da SADC 2023 - 2028

Sadwick Mtonakutha, Director: Finanças, Investimento e Alfândegas, Secretariado da SADC

O Sr. Sadwick começou a sua intervenção por agradecer aos estimados participantes, incluindo o Ministro do Empreendedorismo do Botswana, o Vice-Governador do Banco Central de Eswatini, Maxine Hlaba, os parceiros e os delegados. Destacou a importância da inclusão financeira e do acesso ao financiamento para as MPME como componentes vitais da Estratégia e do Roteiro de Industrialização da SADC no apoio à implementação efectiva do Protocolo sobre Finanças e Investimento.

Se a anterior Estratégia da SADC (2016-2021) tinha como objectivo ajudar os Estados-Membros a conceber as suas próprias Estratégias Nacionais de Inclusão Financeira a nova Estratégia da SADC para 2023-2028 debruça-se sobre os desafios da pobreza, da desigualdade e do desemprego que foram agravados pela pandemia de Covid-19. O objectivo principal do projecto de estratégia é melhorar o bem-estar dos cidadãos da SADC, por meio da criação de um sistema financeiro inclusivo que contribua tanto para a industrialização como para o desenvolvimento económico sustentável.

O Sr. Sadwick informou a delegação que o projecto de estratégia proposto deverá ser apresentado ao Subcomité de Inclusão Financeira da SADC em Junho de 2023 e, posteriormente, submetido aos Ministros das Finanças e do Investimento para apreciação e aprovação em julho de 2023. Enfatizou que a nova estratégia constitui um esforço colectivo de todos os Estados-Membros, com a sua visão centrada na redução da pobreza através da concretização dos objectivos regionais e nacionais de inclusão financeira.

Sadwick encorajou a participação activa dos delegados durante o Fórum, instando-os a formar parcerias e a contribuir activamente para a elaboração da nova estratégia da SADC. Destacou a importância da inclusão económica e a forma como a inclusão financeira pode estimular o crescimento económico dos indivíduos e das MPME, em consonância com os objectivos do Fórum.

Crescimento Inclusivo na SADC

Kameshnee Naidoo, Assessora do Programa Mundial de Inclusão Financeira do UNCDF

A Dra. Naidoo aproveitou a oportunidade para celebrar os avanços registados na inclusão financeira e o seu impacto positivo nos mercados de baixo rendimento na SADC. Reconheceu o esforço de colaboração entre os parceiros de desenvolvimento, liderado pelo Programa "Making Access Possible" (MAP) do UNCDF, no avanço da inclusão financeira.

A Dra. Naidoo sublinhou a importância de fazer uma reflexão sobre o conceito de dinheiro na sociedade e de compreender de que forma este afecta a vida económica e pessoal. Falou da inclusão financeira como sendo um elo entre o sector financeiro a nível macro e a actividade económica a nível micro, que tem um papel importante a desempenhar no apoio às necessidades básicas das famílias e na contribuição para os pilares do crescimento inclusivo, como a saúde, a educação, o empreendedorismo, o emprego, a redistribuição e o acesso aos serviços básicos.

A Dra. Naidoo também reconheceu a importância dos reguladores do sector financeiro na criação de um ambiente político inclusivo e na gestão da dupla alavanca das pessoas e do planeta através da inclusão financeira e do financiamento sustentável. Concluiu destacando a necessidade de uma abordagem coerente e integrada entre os países africanos para promover um crescimento mais inclusivo e alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), garantindo ao mesmo tempo vias viáveis para sair da pobreza.

Relatório Intercalar

Estratégia da SADC para a Inclusão Financeira e o Acesso das PME ao Financiamento 2023-2028

Anthony Githiari - Perito de Curto Prazo do SIBE, Damola Owolade - FinMark Trust

O Sr. Anthony apresentou uma panorâmica do processo de elaboração da estratégia da SADC que teve início em Fevereiro de 2023 com consultas envolvendo vários intervenientes. O objectivo principal da versão preliminar foi recolher as opiniões durante o Fórum e aperfeiçoá-la para apresentação na reunião do subcomité de inclusão financeira agendada para Junho.

Para apresentar o contexto da região, o Sr. Anthony salientou a diversidade demográfica e económica dos 16 países membros. Uma caraterística comum é uma população jovem, com uma percentagem significativa de jovens em cada país. A região conta com uma elevada população nas zonas rurais e a agricultura desempenha um papel vital no apoio aos meios de subsistência. O Sr. Anthony reconheceu os níveis elevados de informalidade na região e os desafios económicos que esta enfrenta, particularmente na sequência da pandemia de Covid-19.

A estratégia para a inclusão financeira foi concebida no contexto da Estratégia de Industrialização da SADC e identificou cinco vias principais para contribuir para a industrialização regional por via da inclusão financeira. Entre estas vias contam-se a mobilização de recursos internos, o apoio à agricultura e o acréscimo de valor, o reforço das MPME para a participação na industrialização e no comércio, o aproveitamento das TIC como catalisador da industrialização e a resolução dos desafios enfrentados pelas mulheres e pelos jovens.

O Sr. Anthony realçou as várias barreiras à inclusão financeira, nomeadamente o acesso limitado à informação e à documentação, os desafios em matéria de garantias, as limitações das infra-estruturas rurais, os baixos níveis de literacia financeira, a falta de confiança e de conhecimento, os preços elevados dos produtos, a disponibilidade limitada de produtos financeiros pertinentes e a má qualidade dos serviços. Afirmou que seria importante ter em conta a utilidade dos produtos financeiros, uma vez que as pessoas precisam frequentemente de levantar dinheiro das suas contas para necessidades imediatas, o que limita os benefícios de ter uma conta bancária.

Referindo-se à estratégia anterior, Anthony salientou a necessidade de alinhar as actividades com os impactos previstos e os objectivos de desenvolvimento. Realçou a importância da coordenação e das parcerias, nomeadamente o papel do programa SIBE na promoção da agenda da inclusão financeira. Propôs uma utilização mais eficaz das TIC, uma vez que o nível actual de utilização das TIC entre os adultos é insuficiente.

A nova estratégia tem como objectivo alcançar resultados ligados à criação de emprego, à facilitação do comércio, à resiliência das pessoas e das empresas, às oportunidades para as pessoas com baixos rendimentos e ao financiamento de intervenções respeitadoras do ambiente e socialmente inclusivas. O Sr. Anthony reconheceu os avanços alcançados na redução das taxas de exclusão, em particular no sector não bancário, mas referiu o desafio dos dados desactualizados ou indisponíveis. Propôs a realização de inquéritos nos países simultaneamente ou com um período de tempo mais curto para permitir comparações mais úteis.

A disparidade entre os géneros na inclusão financeira é evidente, o que realça a necessidade de garantir a igualdade de acesso das mulheres a serviços financeiros de qualidade e de ter em conta os diferentes segmentos da população. Há também uma grande disparidade entre as zonas rurais e urbanas que deve ser tida em conta, bem como as dificuldades que os segmentos vulneráveis enfrentam, como as pessoas deslocadas à força e as pessoas com deficiência.

Relativamente às MPME, o Sr. Anthony mencionou os desafios que incluem a informalidade, o financiamento limitado, a falta de mercados e as deficiências de informação. Relativamente às PME de maior dimensão, salientou a importância de estabelecer uma ligação entre estas e os mercados e o financiamento, bem como de expandir as fontes de financiamento, incluindo os mercados de capitais e os contratos públicos preferenciais a nível regional. A literacia financeira e a educação dos consumidores foram identificadas como desafios de relevo em todos os segmentos, o que exige medidas de protecção dos consumidores, programas de educação financeira e uma maior utilização da tecnologia na educação.

O Sr. Anthony salientou o desafio do acesso aos serviços financeiros, nomeadamente em termos de utilização de dinheiro móvel. Apontou o potencial para incentivar a adopção, implementar directrizes para o dinheiro móvel e expandir a gama de serviços oferecidos pelos fornecedores de serviços de dinheiro móvel. Assinalou também a importância das remessas como uma área crucial para a mobilização de recursos e o apoio às famílias. Se por um lado, se considera que os intervenientes não bancários têm um impacto cada vez maior, por outro, os bancos estão a perder quota de mercado. Sugeriu que se promova a concorrência, a interoperabilidade e a igualdade de condições entre bancos e não bancos.

O Sr. Anthony reconheceu a importância do ambiente das empresas de tecnologia financeira (fintech), mas salientou a falta de quadros suficientes neste domínio. Propôs que fosse elaborado um quadro para orientar os países na melhoria do seu ambiente de tecnologia financeira por meio de leis e regulamentos adequados para promover a inovação e, ao mesmo tempo, gerir os riscos.

Destacou-se a importância dos mercados de capitais e do micro-financiamento na concessão de financiamento às MPME e na contribuição para outros ODS. As oportunidades identificadas compreendem o apoio a bolsas alternativas, a expansão do financiamento sustentável, a promoção da diversidade do mercado e a implementação do projecto de interconectividade da bolsa de valores. No sector do microfinanciamento, foram assinalados desafios como a regulamentação desadequada, a falta de financiamento e a fraca governação. Foi recomendado o reforço da supervisão por meio de organismos de tutela, a criação de facilidades de financiamento por grosso, o aproveitamento de parcerias com instituições existentes e a implantação das TIC no sector. O Sr. Anthony também destacou a importância dos seguros e das pensões para a resiliência individual e o financiamento das MPME, insistindo na necessidade de aumentar a sensibilização e a educação financeira em torno destes produtos.

O Sr. Anthony exortou a SADC a dar prioridade às alterações climáticas e ao financiamento sustentável na estratégia, tendo em conta o seu impacto geral, especialmente para os Estados do Oceano Índico que se encontram em maior risco. Falou do incentivo aos fluxos financeiros sustentáveis, do apoio aos Estados-Membros na implementação de estratégias nacionais de finanças sustentáveis e do aproveitamento das plataformas da SADC para promover práticas financeiras sustentáveis como alavancas para atingir este objectivo.

A visão da estratégia proposta é um sistema financeiro inclusivo da SADC que capacita os indivíduos e as empresas a contribuírem para a industrialização, o crescimento inclusivo e o bem-estar económico sustentável. Foram destacadas três prioridades: harmonizar a regulamentação, implementar projectos regionais e prestar apoio directo aos Estados-Membros. Os factores que exigem atenção são a disponibilidade de dados, a ligação cruzada entre membros e os mecanismos de coordenação. Foram propostas várias acções para apoiar estas prioridades e factores, tais como a elaboração de planos de trabalho, o financiamento institucionalizado, o apoio à capacitação e a exploração de novos mecanismos de colaboração.

Em conclusão, o Sr. Anthony aguardava com expectativa um empenho e um debate substanciais sobre estas questões durante o fórum e agradeceu à delegação pela sua atenção.

Perguntas e respostas

1. Pergunta de Elvis Daswa, Ministério das Finanças e do Desenvolvimento Económico, Zimbabwe:

Houve uma redução da exclusão financeira na região atribuída a melhorias nas instituições não bancárias. Que melhorias ocorreram nas instituições não bancárias?

A inclusão financeira na região expandiu-se graças ao segmento não bancário, dinamizado pelos comerciantes autorizados com autoridade limitada (ADLA), que permitiram o acesso aos emigrantes que efectuam remessas. O dinheiro móvel tem sido um elemento de mudança nos países onde está disponível. Permitiu a muitas pessoas, especialmente nas zonas rurais ou àquelas que não preenchem os requisitos para abrir uma conta bancária, aceder a serviços financeiros por intermédio de plataformas móveis. Estas instituições não bancárias desempenham um papel crucial na facilitação da transferência de valor para remessas, pagamentos e outras transacções financeiras. Além disso, o seguro de funeral é outro serviço importante prestado por instituições não bancárias na região.

2. Pergunta de Khumbo Mtalika, do Banco da Reserva do Malawi:

Porque é que o sector bancário não cresceu substancialmente?

Com base nos dados disponíveis de fontes como o FMI e o FinScope, é evidente que a infraestrutura bancária na região permaneceu praticamente inalterada desde 2014. Apesar de um aumento do número de clientes bancários proporcional ao crescimento da população, o impacto não foi significativo. A cobertura dos adultos apenas aumentou de 33% para 37%.

Os bancos funcionam com modelos empresariais e objectivos de margem de lucro específicos, o que pode limitar a sua capacidade para satisfazer todos os segmentos de mercado. Quando nos interrogamos as razões por que os bancos estão a encerrar sucursais e caixas automáticos, é a rentabilidade que está em causa e não apenas a satisfação das necessidades dos clientes. Na perspectiva da rentabilidade, pode ser inteiramente justificável que os bancos tomem tais decisões.

O actual modelo empresarial dos bancos pode não ser apropriado para atender as zonas rurais ou responder às diversas necessidades dessas comunidades. É por isso que se torna crucial olhar para além dos bancos e explorar outros prestadores de serviços que possam satisfazer as necessidades específicas dos clientes que os bancos podem não conseguir atender. Estes prestadores alternativos podem oferecer soluções adaptadas a diferentes dimensões de empréstimos, zonas geográficas ou mesmo horários bancários não tradicionais. Ao adoptar uma actuação diversificada, podemos garantir que todas as necessidades dos clientes são devidamente satisfeitas.

3. Comentário da Namíbia em nome do CISNA:

A estratégia proposta está bem alinhada com o conteúdo do nosso plano de trabalho. Estamos satisfeitos por ver que a estratégia cobre amplamente as áreas em que nos temos vindo a concentrar. Gostaria de manifestar o nosso entusiasmo relativamente à estratégia proposta. Está estreitamente alinhada com o nosso programa e estamos ansiosos por colaborar com o CCBG e a SADC no futuro.

Painel

Financiamento Sustentável, Inclusão Financeira e Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

Moderado por Maxine Halaba, da Associação Bancária da SADC

Membros do painel: Christiaan Loots (UNCDF), Brinda Harjan (CISNA) e Esselina Macome (FSDMoç)

Este painel foi apresentado pela Dra. Maxine, que transmitiu informações valiosas sobre os objectivos das suas respectivas organizações e a sua ligação à inclusão financeira e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Maxine colocou as seguintes questões ao CISNA:

Qual é o pensamento do CISNA em relação ao financiamento sustentável e à inclusão financeira, e que actividades o CISNA está a planear em relação a isto?

Brinda Harjan, CISNA:

O Comité de Autoridades de Seguros, Valores Mobiliários e Financeiras Não Bancárias (CISNA) é um organismo regional da SADC que visa harmonizar o quadro regulamentar das instituições financeiras não bancárias (IFNB). É composto por 26 autoridades membros de 14 Estados-Membros da SADC e centra-se na promoção da estabilidade financeira por meio da colaboração e coordenação.

Os objectivos do CISNA incluem a harmonização regulamentar, o desenvolvimento de produtos e serviços financeiros, a garantia de acesso a produtos financeiros, a cooperação transfronteiriça, o reforço da governação empresarial e a promoção do cumprimento das normas internacionais e da protecção dos consumidores.

No seu Plano Estratégico 2022-26, o CISNA dá prioridade à harmonização do quadro jurídico e regulamentar, ao reforço das capacidades e ao desenvolvimento do mercado. O seu objectivo é alinhar-se com as normas internacionais, elaborar quadros regionais, reforçar as capacidades dos membros e promover o financiamento sustentável alinhado com os princípios de Governação Ambiental e Social (ESG).

O CISNA está a trabalhar no sentido de estabelecer um quadro de finanças sustentáveis, reforçar o seu secretariado, colaborar com o UNCDF e implementar um "Roteiro Mais Verde", que envolve o envolvimento com o UNCDF e programas de capacitação que levarão ao estabelecimento do Quadro Regional da SADC para as Finanças Sustentáveis até 2026.

Maxine colocou as seguintes questões ao UNCDF:

O que é o financiamento sustentável e como é que a inclusão financeira pode apoiar o financiamento sustentável e os resultados dos ODS?

Que considerações existem para que os decisores políticos possam incluir melhor a inclusão financeira nas suas iniciativas de finanças sustentáveis

Christiaan Loots, UNCDF:

As finanças sustentáveis são definidas como serviços financeiros, produtos e acordos de mercado que contribuem para a realização dos ODS. Envolve a consideração de factores ESG ao tomar decisões de investimento, conduzindo a investimentos a longo prazo em actividades e projectos económicos sustentáveis.

O Sr. Christiaan discutiu a forma como o financiamento sustentável e a inclusão financeira estão interligados com a realização dos ODS. O financiamento sustentável orienta o capital para objectivos sociais e ambientais, ao mesmo tempo que apoia o crescimento económico, com a tónica historicamente colocada nas questões ambientais. A inclusão financeira, por outro lado, fornece acesso a serviços financeiros para indivíduos e empresas, contribuindo para os ODS em áreas como os serviços básicos e o empreendedorismo. Como tal, historicamente, tem-se centrado mais nas questões sociais.

As áreas complementares de ênfase para ambas as áreas fornecem a justificação para adotar os princípios de inclusão financeira como uma componente crucial das estratégias de financiamento sustentável, a fim de abordar os objectivos sociais dos ODS (juntamente com os objectivos ambientais) de forma mais eficaz. No entanto, a inclusão financeira também pode apoiar diretamente o financiamento sustentável, facilitando o acesso a serviços resultantes de investimentos financeiros sustentáveis, aumentando assim o impacto desses investimentos (acesso a energia limpa, hospitais, escolas, empreendedorismo). Por último, a inclusão financeira pode ser alavancada pelo financiamento sustentável para atingir a atividade económica real ao nível das famílias e das pequenas empresas através de serviços financeiros de retalho.

Para integrar a inclusão financeira nos quadros de financiamento sustentável, Christiaan salientou a importância de reconhecer o seu papel no apoio ao impacto do financiamento sustentável, colaborando com as partes interessadas, identificando os principais riscos sociais através da investigação e oferecendo orientações técnicas sobre a incorporação da inclusão financeira nos quadros de financiamento sustentável. Sublinhou a necessidade de aproveitar a inclusão financeira para fazer face aos riscos sociais e recomendou produtos financeiros de retalho específicos e grupos-alvo que apoiem os objectivos sociais das finanças sustentáveis.

De um modo geral, a integração da inclusão financeira no financiamento sustentável é essencial para abordar os aspectos sociais e ambientais dos ODS. Ao promover o crescimento inclusivo através de um maior acesso aos serviços financeiros e ao alinhar os investimentos com as prioridades de desenvolvimento sustentável, é possível trabalhar para alcançar os ODS.

Maxine colocou as seguintes questões ao Financial Sector Development Mozambique (FSDMoç):

Como é que o FSDMoç está a pensar na inclusão financeira em termos dos ODS, e como é que isso está a informar o trabalho prático no terreno

Estão a pensar nos investimentos do sector privado em termos disto?

Esselina Macome, FSDMoç:

O FSDMoç está empenhado em promover a inclusão financeira em conformidade com os ODS. Através de um exercício que explora oportunidades e soluções, Esselina destacou o seu objectivo de sensibilizar as partes interessadas. A organização salienta a importância dos dados para compreender as áreas-alvo da inclusão financeira e apresentou vários projectos a este respeito.

O financiamento climático é um dos principais objectivos do FSDMoç. Realizaram uma avaliação para compreender a posição de Moçambique nesta área, o que levou ao desenvolvimento do primeiro Roteiro de Finanças Verdes do país. O FSDMoç colabora activamente com os decisores políticos e os prestadores de serviços financeiros para promover acções e sensibilizar para as finanças ecológicas. A Sra. Esselina salientou a necessidade de esforços colectivos para resolver a governação ambiental e social no sector financeiro.

Reconhecendo a importância do envolvimento do sector privado, o FSDMoç reconheceu o papel da colaboração na realização dos ODS. Acreditam que a inclusão financeira e o financiamento sustentável exigem esforços colectivos do governo, dos ministérios, dos indivíduos e das organizações.

De um modo geral, o FSDMoç dedica-se a impulsionar o desenvolvimento sustentável e a alcançar os ODS em Moçambique através da inclusão financeira, enfatizando a importância dos dados, da consciencialização e da colaboração nos seus esforços

Painel

Inclusão Financeira e Empoderamento da Mulher

Os temas abordados no painel de discussão incluem:

- **Kit de ferramentas de integração do género para provedores de serviços financeiros do FSDMoç**
- **Projecto IWEE da SADC: principais conclusões e recomendações para a inclusão financeira das mulheres**
- **Obrigações de género como um mecanismo para a equidade de género**

Facilitado pela Sra. Phumelele Ngcobo, FinMark Trust

Membros do painel: Sra. Anabela Mabota (FSDMoç), Annie Sugrue (GIZ), Mary Njuguna (FSD África)

No seu discurso de abertura, s Sra. Phumelele destacou o tema central dos debates, que se centrou na inclusão financeira e no empoderamento económico das mulheres, em particular na região, onde as mulheres continuam a ser mal servidas pelo sector financeiro. Reconheceu os progressos realizados até à data, mas sublinhou que é necessário fazer mais para garantir a igualdade de inclusão financeira e económica das mulheres.

Embora as mulheres tenham acesso a produtos e serviços financeiros, existem lacunas na forma como utilizam estas ofertas.

Phumelele colocou duas questões importantes para consideração colectiva:

Será que estes produtos e serviços beneficiam efetivamente as mulheres e melhoram os seus meios de subsistência?

Estes produtos são de alta qualidade e foram concebidos a pensar nas mulheres?

Sublinhou a necessidade de ir além do discurso e tomar medidas concretas para abordar a inclusão financeira e económica das mulheres. Para tal, mencionou que o FinMark Trust, com o apoio da agência Financial Sector

Deepening Africa (FSDA), está a realizar uma análise do mercado de género em quatro países onde estão sediados. Esta análise visa obter uma compreensão mais profunda dos desafios enfrentados pelas mulheres em termos de inclusão financeira e económica, identificar lacunas no mercado e informar intervenções específicas. O objectivo é desenvolver soluções baseadas nas necessidades do mercado e não em suposições.

Anabela Mabota, FSDMoç:

A inclusão financeira é uma jornada contínua e há necessidade de inovação neste domínio. O kit de ferramentas desenvolvido pelo FSDMoç é uma resposta à promoção da inclusão financeira das mulheres, particularmente em DFS. Centra-se na melhoria do acesso e utilização de serviços financeiros digitais por parte das mulheres, que abordam a lacuna de género identificada em Moçambique.

O conjunto de ferramentas envolve a colaboração com os provedores de DFS, oferecendo-lhes competências e conhecimentos através de iniciativas de capacitação. Será desenvolvido um caso de negócio com base na segmentação do mercado para demonstrar a viabilidade de servir as mulheres como um segmento. A ênfase é colocada na conceção de produtos e serviços que tenham em conta as diversas necessidades das mulheres, seguindo os princípios da Avaliação, Conceito, Conceção e Piloto (ACDP).

O FSDMoç realizou uma avaliação das necessidades com os fornecedores de DFS para garantir a sua compreensão e utilização eficaz do kit de ferramentas, e também estabeleceu um mecanismo de inovação inteligente em termos de género, promovendo a integração do género entre as organizações de DFS participantes.

Phumelele fez as seguintes perguntas a Anabela:

O que é um kit de ferramentas de género?

É um instrumento que fornece informações em termos de desenvolvimento de serviços financeiros com inclusão do género, bem como orientações sobre a segmentação para a inclusão das mulheres, utilizando o HDC, que fornece informações sobre como servir melhor as mulheres.

Relativamente às DFS que não avançam no mecanismo, quais são as razões mais comuns?

Uma razão comum é o empenhamento insatisfatório da direção. Para que uma parceria seja estabelecida, é importante que a direção aceite a agenda de género.

Annie Sugrue, GIZ:

Annie discutiu o plano de ação de género da SADC, que se centra na integração do género nas estratégias de inclusão financeira e no acesso ao financiamento para as MPMEs. O plano tem como objectivo capacitar as mulheres empresárias e integrá-las na cadeia de valor regional.

Salienta a importância de metodologias flexíveis, regulamentos, coordenação entre o governo e o sector privado, e orçamentação sensível ao género.

As áreas críticas abordadas incluem a regulamentação, os dados desagregados por género, o reforço das capacidades e o financiamento. No entanto, a implementação do plano exige um compromisso político e a resolução de barreiras como leis, regulamentos, normas sociais, a vulnerabilidade das mulheres nos canais digitais e a literacia financeira. Actualmente, é necessário financiamento para apoiar os esforços de reforço das capacidades dos Estados-Membros.

Phumelele fez as seguintes perguntas a Annie:

Como é que estamos a agir enquanto região?

Existe uma grande variabilidade na região. Os Estados-Membros estão a inovar, mas ainda há um longo caminho a percorrer.

Como é que este trabalho vai ser levado por diante?

Ajudar os Estados-Membros a traduzir o plano de ação para as questões de género para o contexto do seu país exigirá algum reforço de capacidades para os Estados-Membros por parte dos peritos que têm estado a trabalhar no plano de acção. Para tal, será necessário um financiamento que ainda não foi disponibilizado.

Mary Njuguna, FSD África:

Mary discutiu os laços de género como um meio de promover a igualdade de género. O FSDA realizou um estudo para explorar as oportunidades de financiamento para as mulheres e o empoderamento do género através dos mercados de capitais em África. As principais conclusões incluíram o conceito de obrigações de género, a falta de emissões de obrigações de género na região, a necessidade de um ambiente propício e o papel de mercados de obrigações fortes e em crescimento na promoção da emissão de obrigações de género.

Para promover a emissão de obrigações de género, o FSDA trabalhou com os reguladores para desenvolver directrizes de obrigações de sustentabilidade que abrangem as obrigações de género, verdes e sociais. Estas directrizes baseiam-se em normas e princípios internacionais. As obrigações de género são um subconjunto das obrigações sociais, com objectivos claros, relatórios anuais e garantia externa.

As obrigações de género proporcionam às instituições um mecanismo para angariar capital que pode ser emprestado a mulheres. O FSDA apoiou emissores de obrigações de género em Marrocos e na Tanzânia, onde os fundos foram utilizados para apoiar mulheres empresárias e o acesso das mulheres ao financiamento.

Mary encorajou os credores e as instituições a explorarem as obrigações de género como forma de angariar fundos para empréstimos às mulheres.

Entrevista com Annie Sugrue

Sessões da Comissão

Oportunidades e desafios para a implementação da Estratégia da SADC para a Inclusão Financeira e o Acesso das PME ao Financiamento 2023-2028

As quatro comissões centraram-se nos três pilares da proposta de Estratégia da SADC para a Inclusão Financeira e o Acesso das PME ao Financiamento 2023-2028. As discussões das comissões visaram obter informações sobre as oportunidades e os desafios da implementação das actividades no âmbito de cada pilar. As reacções das comissões serão utilizadas para finalizar a estratégia.

As comissões foram facilitadas por Blessing Mautsa, Wilson Moleni, Nicola Schoeman e Palesa Sematlane do FinMark Trust. Damola Owolade e Anthony Githiari participaram nas quatro comissões para obter informações para o desenvolvimento da estratégia.

A reacção sobre as conclusões das comissões foi apresentado por Sydney Julio Pereira Teixeira, CMC Angola, Daud Mtanthiko, Reserve Bank of Malawi, Rachael Mushosho, Reserve Bank of Zimbabwe e Gerson Kadhiwa, Bank of Namibia.

Este resumo combina as reacções das quatro comissões para desvendar os principais desafios da Estratégia de Inclusão Financeira da SADC e apresenta recomendações para os três pilares da Estratégia.

Pilar 1: Harmonização de Regulamentos e Directrizes para Apoiar a Inclusão Financeira e o Acesso das PME ao Financiamento:

Nas comissões, os participantes discutiram a ligação entre as leis e os regulamentos e o financiamento a nível nacional. Foi salientada a necessidade de incentivar os países a alinharem as suas

estratégias de forma mais uniforme. A questão do risco e a desconexão entre as avaliações dos prestadores de serviços financeiros e as avaliações das empresas, que resulta no facto de os indivíduos contraírem empréstimos pessoais em vez de empréstimos às empresas, foi também destacada como um desafio regulamentar. A legislação foi identificada como uma solução potencial, tendo sido sugerida a utilização de garantias como uma medida de curto prazo para melhorar o acesso ao capital.

Recomendações:

1. Incorporar uma actividade relacionada com a implementação de uma caixa de areia regulamentar para promover a inovação e a capacidade de resposta à evolução das fintech. Incluir uma ênfase nas estratégias de disponibilização de capital para o desenvolvimento das fintech.
2. Desenvolver quadros jurídicos adequados para resolver o desfasamento entre as avaliações dos prestadores de serviços financeiros e as avaliações das empresas.
3. Concentrar-se na capacidade de resposta do quadro jurídico, que pode acompanhar o ritmo da inovação.
4. Incorporar no quadro jurídico uma tónica nas empresas em fase de arranque.
5. Explorar a utilização de garantias como uma solução a curto prazo para melhorar o acesso ao capital.
6. Continuar a capacitar os Estados-Membros para garantir que o AML/CFT seja aplicado de forma adequada para evitar a listagem cinzenta, assegurando simultaneamente que não limita o acesso de clientes de baixo valor.
7. Elaborar um plano para capacitar os Estados-Membros sobre o quadro de protecção do consumidor.

Pilar 2: Implementação das plataformas e projectos de infra-estruturas regionais da SADC para apoiar a inclusão financeira e o acesso das PME ao financiamento

Os participantes discutiram vários desafios relacionados com o financiamento das MPME e a falta de instituições que conduzam a agenda para a literacia financeira neste sector. Foi também referida a importância de normalizar os indicadores de inclusão financeira e de garantir a acessibilidade das infra-estruturas de tecnologia digital às pessoas com baixos rendimentos.

Recomendações:

1. Promover a interoperabilidade das soluções de pagamento para facilitar as transacções financeiras das MPME.
2. Promover e impulsionar a utilização optimizada do sistema de liquidação por bruto em tempo real (RTGS) e das transacções compensadas numa base imediata (TCIB) para os bancos e as instituições financeiras não bancárias.
3. Implementar um sistema de identificação digital em toda a região para melhorar a acessibilidade e a segurança dos serviços financeiros.
4. Permitir um ambiente em que as fintechs e a inovação possam apoiar a integração regional e a interoperabilidade transfronteiriça.
5. Assegurar que seja dada prioridade ao fornecimento de infra-estruturas, como a disponibilidade de redes móveis. Os pobres precisam de ter acesso a produtos e serviços inovadores, o que exige que tenham acesso às infra-estruturas adequadas.
6. Elaborar um plano director de desenvolvimento dos mercados de capitais para apoiar o financiamento do investimento e as iniciativas de financiamento colectivo (crowdfunding).
7. Promover um ambiente em que as instituições de micro-financiamento, como as SACCO, possam alcançar e satisfazer as necessidades das pessoas e das MPME nas comunidades em que os serviços financeiros tradicionais não estão disponíveis.
8. Promover o desenvolvimento de produtos e serviços que vão para além das simples transacções bancárias. Os seguros são um domínio em que as pessoas com baixos rendimentos e as MPME podem beneficiar.
9. Definir uma definição padrão de MPME a nível regional para garantir a coerência dos esforços de inclusão financeira.

Pilar 3: Prestação de apoio direcionado a nível da SADC aos Estados-Membros para a realização da Estratégia Regional

Os participantes destacaram os desafios no acesso à informação sobre as MPMEs, o desalinhamento das iniciativas de inclusão financeira com os resultados do desenvolvimento sustentável e o foco insuficiente nas áreas rurais.

Recomendações:

1. Desenvolver um portal de dados das MPME para facilitar o acesso à informação sobre as MPME.
2. Alinhar as estratégias de inclusão financeira com estruturas de financiamento mais alargadas para garantir resultados de desenvolvimento sustentável.
3. Ajustar a estratégia para visar especificamente as zonas rurais, as mulheres, os jovens e as pessoas com deficiência, a fim de responder às suas necessidades e desafios específicos.
4. Considerar a possibilidade de alargar a agenda da inclusão financeira, através do fórum da inclusão financeira, para incluir uma tónica no financiamento de indivíduos e empresas com baixos rendimentos.
5. Assegurar que as normas regionais são flexíveis de forma a permitir a sua adaptação adequada aos contextos nacionais dos diferentes Estados-Membros.
6. Os Estados-Membros devem também adotar estratégias nacionais que sejam adequadas às suas

necessidades e objectivos específicos, utilizando a estratégia regional como um guia e não como um substituto para os seus próprios objectivos nacionais específicos.

Recomendações gerais

Quadro de controlo e avaliação:
Estabelecer um quadro robusto de monitorização e avaliação para garantir a implementação efectiva das iniciativas de inclusão financeira. Este quadro deve incluir mecanismos para responsabilizar os países membros e impor o cumprimento das directrizes da SADC. Deve também integrar a literacia financeira e a literacia digital para capacitar os consumidores a tomar decisões informadas.

Dados desagregados:
Assegurar a recolha de dados desagregados, incluindo género, idade e localização geográfica (rural/urbana), para melhor compreender as diversas características dos consumidores financeiros na região da SADC. Os fornecedores devem também fornecer dados desagregados para refletir a diversidade da sua base de clientes.

Estratégia de comunicação:
Desenvolver uma estratégia de comunicação bem estruturada, tanto a nível regional como nacional, para facilitar a partilha atempada de informações e permitir uma apreciação eficaz sobre as iniciativas de inclusão financeira. A tónica deve ser colocada na partilha de ensinamentos que possam reforçar a capacidade de sucesso nos Estados-Membros.

Mobilização de recursos:
É necessário elaborar um plano específico de mobilização de recursos para apoiar a implementação de actividades que contribuam para a realização e o acompanhamento dos objectivos estratégicos em matéria de inclusão financeira. É necessária uma análise das actividades e dos objectivos dos intervenientes mundiais, como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional, para encontrar sinergias ou áreas para incentivar a mobilização dos seus recursos para os objectivos da SADC.

Mercados de capitais e financiamento alternativo:
Promover iniciativas de financiamento do investimento e de financiamento coletivo (crowdfunding) na região da SADC para oferecer opções de financiamento alternativas aos indivíduos e às empresas excluídos das fontes de financiamento tradicionais. Isto irá promover a inovação, alargar as oportunidades de mercado e apoiar as MPME.

Regulamentos para fintech e novas tecnologias:
Implementar regulamentos para enfrentar os desafios colocados pelas empresas de fintech em rápida evolução, mantendo a estabilidade do sector financeiro. Equilibrar a necessidade de inovação com a supervisão regulamentar para proteger os consumidores e promover um sistema financeiro estável.

Literacia financeira:
Considerar diferentes vias para promover a literacia financeira, incluindo a sua integração nos currículos escolares e a criação de parcerias com organizações comunitárias e instituições de financiamento globais para desenvolver programas de educação e literacia financeira para o cidadão comum. Para os empresários, alargar as intervenções de literacia financeira de modo a incluir competências empresariais mais amplas e competências que lhes permitam navegar corretamente no ambiente regulamentar.

Conclusão:
As comissões forneceram feedback e recomendações valiosas para a Estratégia de Inclusão Financeira da SADC. Destacaram desafios e propuseram recomendações nos três pilares: harmonização de regulamentos e directrizes, implementação de plataformas de infra-estruturas regionais e prestação de apoio direccionado aos Estados-Membros. As recomendações sublinharam a necessidade de coordenação, mobilização de recursos, recolha de dados, monitorização do cumprimento e reforço de capacidades. As comissões também sublinharam a importância de alinhar as estratégias regionais e nacionais e de envolver as principais partes interessadas na criação de um ambiente propício

à inclusão financeira na região da SADC. A importância de garantir que este alinhamento funcione a nível regional, mas que também promova e mantenha a relevância a nível nacional, foi igualmente sublinhada.

Entrevista com Dr Kameshnee Naidoo ***Entrevista com Anabela Mabota***

Dia 2

Discurso de abertura

Programa de Renovação do SLBTR da SADC e Desenvolvimento Regional

Vice-Governadora Felicia P.N. Dlamini-Kunene, Banco Central de Eswatini

A Vice-Governadora expressou a sua gratidão por se dirigir aos participantes do Fórum de Inclusão Financeira da SADC 2023. A Presidente abriu o seu discurso destacando a importância do financiamento sustentável, da literacia financeira, da protecção do consumidor, da inclusão financeira das mulheres, do financiamento digital, do crescimento inclusivo, da inclusão económica e do crescimento económico de base ampla. Elogiou os esforços do Secretariado da SADC e dos seus parceiros, incluindo o FinMark Trust, o UNCDF, a União Europeia e a Associação Bancária da SADC, no desenvolvimento da Estratégia de Inclusão Financeira. Sublinhou a necessidade de colaboração e partilha de conhecimentos entre os países membros para abordar eficazmente as questões da inclusão financeira.

O discurso do Vice-Governador centrou-se no programa de renovação do RTGS, que foi implementado pelo Banco de Reserva da África do Sul há quase 10 anos. Apesar dos desafios iniciais, o programa tem servido com sucesso a comunidade da SADC e precisa de responder aos avanços tecnológicos e regulamentares. A Comissária destacou os principais factores do programa RTGS da SADC, incluindo a resiliência cibernética e operacional, o reforço da gestão do risco, uma maior interoperabilidade, um acesso mais alargado e a satisfação dos clientes.

O acesso alargado foi sublinhado como crucial para promover a concorrência, a inovação e reduzir a dependência dos bancos para as pessoas financeiramente excluídas. A Comissária encorajou a utilização de infra-estruturas como o SADC-RTGS e o TCIB para pagamentos transfronteiriços, incluindo remessas. A harmonização dos quadros regulamentares e dos requisitos aplicáveis às remessas foi proposta para reduzir os custos e contribuir para o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 1 das Nações Unidas de erradicar a pobreza até 2030.

O Vice-Governador sublinhou a importância da satisfação dos clientes, abordando os custos de transacção, melhorando a qualidade do serviço e reduzindo o atrito no processamento das transacções. Discutiu também o objectivo do programa de renovação do SLBTR de melhorar a interoperabilidade entre os sistemas de pagamento, permitindo pagamentos sem descontinuidades em diferentes plataformas. Falou brevemente do projecto ISO 20022, uma iniciativa mundial para uma linguagem comum de mensagens financeiras.

O Vice-Governador destacou o dinheiro móvel como um importante factor de inclusão financeira no Reino de Eswatini e sublinhou os potenciais benefícios da interoperabilidade entre bancos e não-bancos. A adopção das normas ISO foi vista como uma forma de melhorar a transparência das transacções, alinhar-se com as normas AML/CFT e manter a integridade do sistema financeiro. Os progressos registados pelo Reino de Eswatini no programa de renovação do SLBTR, incluindo a preparação para a ISO 20022 e os testes de mercado, foram igualmente salientados.

Em conclusão, o Vice-Governador reafirmou o compromisso do Reino de Eswatini em melhorar a inclusão financeira e manifestou a sua vontade de colaborar com a SADC. Mencionou que o país lançou recentemente uma Estratégia de Literacia Financeira e está a realizar uma revisão contínua da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira no quadro dos seus esforços.

Debate com os Estados-Membros

Estratégia da SADC sobre Inclusão Financeira e Acesso das PMEs ao Financiamento 2023-2028 Quadro de M&A

Damola Owolade (FinMark Trust) e Nomcebo Hadebe (Centro para a Inclusão Financeira)

A sessão serviu de continuação da apresentação do dia anterior feita pelo Sr. Anthony, que descreveu as actividades relacionadas com os pilares fundamentais da nova Estratégia da SADC. A apresentação de Damola centrou-se nos indicadores alinhados com os pilares e as subactividades da estratégia. Ele partilhou uma visão geral dos indicadores de M&A propostos para acompanhar a implementação da nova estratégia. O quadro de M&A é crucial para a implementação da estratégia, uma vez que oferece ferramentas para avaliar com precisão se os resultados desejados estão a ser alcançados e se o impacto previsto está a ser produzido.

O quadro de M&A para a Estratégia da SADC baseia-se na visão, nos objectivos, nos pilares e nas acções estratégicas plasmadas no documento de estratégia. Permite o acompanhamento e a avaliação de acções individuais e permite uma visão agregada dos pilares e objectivos. Os indicadores estratégicos definem o caminho para acompanhar as actividades em direcção aos resultados desejados, enquanto os indicadores de resultados e de produção facilitam o acompanhamento da implementação. Estes indicadores são avaliados pelas equipas de trabalho para a inclusão financeira.

Damola sublinhou que o número de indicadores propostos diminuiu em relação à estratégia anterior e que são fornecidos vários indicadores de substituição. O quadro operacional requer secretariados dedicados a nível dos Estados-Membros para garantir o fluxo eficaz e eficiente de informação dos Estados-Membros para o Comité de Inclusão Financeira (FIC), do FIC para o Portal de Informação da SADC e, por fim, para o plano anual de M&A da SADC, a Matriz de Resultados Público-Privados (PPRM) e o plano de trabalho anual da SADC.

Além disso, Damola sublinhou a importância de desenvolver estes indicadores em paralelo com o desenvolvimento do Portal de Informação da SADC, que os Estados-Membros utilizarão para monitorizar o progresso em direção aos objectivos nacionais e regionais de inclusão financeira.

As opiniões dos delegados durante a sessão contiveram vários pontos importantes:

- Considerar a inclusão de regimes de segurança social, tendo em conta as instituições a nível comunitário, como as IMF e as SACCO, no quadro de M&A, bem como os serviços de desenvolvimento empresarial e a literacia financeira a nível micro.
- Pergunta sobre o enfoque nas transacções de dinheiro móvel no Indicador 4.4 e não nos bancos - a razão para isto é que a aceitação do dinheiro móvel é um fator chave para o acesso a uma reserva de valor na região.
- Considerar indicadores que acompanhem a concessão de empréstimos/crédito a diferentes tipos de PME, particularmente no sector agrícola. No entanto, isto pode ser mais relevante para estratégias de IF a nível nacional do que para uma estratégia regional.
- Permitir flexibilidade no fornecimento de dados pelos Estados-Membros e colaborar com eles a nível nacional, considerando que nem todos os indicadores podem ser viáveis para todos os Estados-Membros.
- Separar claramente os indicadores de realização, de resultados e de indicadores-chave de desempenho (KPI) para garantir que os resultados pretendidos sirvam de base aos indicadores. Isto pode permitir que os Estados-Membros trabalhem para atingir os objectivos, mesmo que não possam fornecer determinados dados.
- Rever ou substituir certos indicadores, como o Indicador 10 - considerar a percentagem de MPMEs em vez de um número, e o Indicador 12 - considerar a percentagem de IFNBs em vez de um número.
- Considerar a substituição do indicador sobre o número de fóruns convocados no Indicador 18 e rever ou substituir o indicador sobre o desempenho do Secretariado da SADC nas suas funções no Indicador 20.
- Incluir indicadores centrados no nível de integração na região.

- Considerar a inclusão de um indicador que reflicta a atribuição de crédito às PME em vários sectores, como a agricultura.
- Sublinhar a importância do processo de M&A como um mecanismo de responsabilização pela política. Coordenar com os funcionários nacionais responsáveis pela M&A para identificar os indicadores disponíveis nos diferentes países e alinhá-los com os indicadores previstos na estratégia.
- Subdividir os indicadores estratégicos em nível de impacto e nível de produção, bem como em resultados.
- Relativamente ao primeiro indicador, acompanhar as pessoas que preferem dinheiro em vez de sistemas bancários ou dinheiro móvel.
- Reconsiderar o valor do indicador 18, que mede o número de fóruns, e potencialmente substituí-lo. O indicador 20, que mede o desempenho da equipa do Secretariado da SADC, poderia ser abandonado.
- Assegurar a inclusão de grupos de deficientes e medir o nível de integração. Desenvolver um rastreador de inclusão financeira que os Estados-Membros possam usar para alimentar os dados dos portais.

Nomcebo Hadebe, Centro para a Inclusão Financeira

A Sra. Nomcebo agradeceu ao Sr. Anthony e a Sra. Damola pelas suas contribuições e apresentou um resumo das discussões do 1.º e 2.º dias. Os principais aspectos que emergiram dos debates foram os seguintes:

- Reconhecendo a correlação crítica entre a inclusão financeira e a economia real, a estratégia de IF da SADC e o quadro de M&A devem concentrar-se em indicadores de impacto que vão para além do simples acesso.
- Apesar das diferenças entre os países da SADC, existe um mandato comum de inclusão financeira. É necessário pensar regionalmente e localmente, trabalhando para o benefício de cada país, ao mesmo tempo que se colabora e se aproveitam os pontos fortes de cada um para o bem da região.
- A responsabilização perante os beneficiários é essencial, mesmo que estes não tenham voz no fórum. Reforçar a atenção que lhes é dada é crucial.
- A melhoria da comunicação e da colaboração entre as estruturas da SADC pode levar a uma melhor colaboração e partilha de conhecimentos.
- As MPME e a inclusão financeira digital são áreas-chave para alcançar uma inclusão financeira com impacto na economia real.
- Alguns bancos centrais estão a explorar moedas digitais e métodos alternativos de pontuação de crédito para fazer avançar a agenda da inclusão financeira.
- A criação de uma região financeiramente saudável requer atenção tanto para os indivíduos como para as MPME.
- É importante compreender as economias rurais e recolher dados relevantes sobre elas.
- A inclusão financeira e o desenvolvimento financeiro andam de mãos dadas.
- Os dados continuam a ser um desafio para todos os participantes, e o financiamento pode dificultar o acompanhamento do progresso utilizando regularmente ferramentas como o FinScope.
- O sucesso da M&A requer o reconhecimento das diferenças a nível estatal, ao mesmo tempo que se aproveitam os pontos fortes de cada um. O objectivo comum é desenvolver uma região inclusiva e adaptável.

Entrevista com Anabela Mabota ***Entrevista com Damola Owolade***

Painel

Transferências transfronteiriças de capitais, remessas e comércio

Os temas abordados no painel de discussão são:

- **Expansão da plataforma regional de integração de pagamentos através do TCIB**
- **As oportunidades do financiamento digital no comércio transfronteiriço**
- **Inovação nos sistemas de pagamento na Maurícia**

Facilitado pelo Advogado Magedi-Titus Thokwane, Banco de Reserva da África do Sul

Membros do painel: Sarel Myburgh (BankservAfrica), Nikki Kettles (Mukuru), Aswin Ramduny (Banco das Maurícias)

O advogado Thokwane apresentou os membros do painel que iriam debater as infra-estruturas de média distância e a inclusão financeira na região. Forneceu informações de base sobre a integração regional e a importância do sistema de pagamentos estático, com destaque para a renovação do RTGS da SADC. Sublinhou a importância das transferências

transfronteiriças de capitais para o desenvolvimento económico e a inclusão financeira, nomeadamente através das remessas de fundos.

Foi descrita a estratégia de integração das infra-estruturas e de estabelecimento de uma supervisão cooperativa na região da SADC, com especial incidência nos pilares 2 e 3: infra-estruturas de compensação de pagamentos e mecanismo de pagamentos de retalho. O Projecto de Integração de Pagamentos da SADC visa permitir liquidações de pagamentos interbancários seguras e eficientes para todos os tipos de pagamentos reconhecidos numa moeda designada, oferecendo benefícios como a interoperabilidade e a redução de riscos.

Foram discutidos os objectivos estratégicos para a integração do sistema de pagamentos da SADC, incluindo a harmonização dos quadros jurídicos e regulamentares, a implementação de uma infraestrutura integrada de pagamentos transfronteiriços e o estabelecimento de uma supervisão cooperativa baseada em quadros regulamentares harmonizados.

O advogado Thokwane destacou os princípios adoptados para o sistema de pagamentos, tais como a liquidação em tempo real, normas abertas e moedas designadas. Mencionou a inclusão do dólar americano e os esforços em curso para incluir outras moedas como o Kwanza angolano.

Foi sublinhada a importância de renovar o SLBTR da SADC, citando a necessidade de fazer face ao envelhecimento da plataforma, à evolução da tecnologia e à evolução do panorama empresarial. O processo de renovação tem como objectivo promover um sistema de pagamentos regional integrado, seguro e eficiente, com destaque para a prestação de serviços de liquidação a instituições não bancárias e a garantia de acessibilidade e interoperabilidade para os intervenientes não tradicionais.

O Advogado Thokwane concluiu a sua apresentação discutindo o conceito do sistema RTGS renovado, destacando a sua funcionalidade e serviços para não-bancos, o que contribuiria para a inclusão financeira e apoiaria os objectivos de desenvolvimento económico da região.

Sarel Myburgh, BankservAfrica:

O Sr. Sarel forneceu mais contexto sobre o sistema de Compensação de Transacções Imediatamente (TCIB), reconhecendo discussões anteriores sobre o tema. Ele destacou que o TCIB inicialmente focado na inclusão financeira móvel, evoluiu para um mecanismo de pagamento completo. Em 2021, o TCIB entrou em funcionamento com transacções pessoa a pessoa, mas enfrentou desafios para expandir a adoção e alcançar a interoperabilidade.

Sarel destacou a amplitude e a importância do TCIB, com 39 membros de 11 países, concentrados principalmente em dois países para construir corredores de expansão. O TCIB é descrito como um sistema de pagamento em tempo real, de baixo custo, de grande volume e com várias moedas, com interoperabilidade entre bancos, não bancos, sistemas e redes. A colaboração com as ofertas comerciais existentes é vista como uma forma de reforçar as forças de mercado e as economias de escala.

Explicou que o TCIB funciona com base num modelo dinâmico de participantes, permitindo que os membros definam a sua direcção estratégica. A gestão de litígios, a redação de regras e os mecanismos de processamento de pagamentos são fornecidos. Sarel reconheceu a complexidade do modelo de participante, mas mostrou-se confiante de que este se tornará mais fácil com a maturidade. O custo do TCIB é determinado pela recuperação dos custos e não pela maximização dos lucros.

Relativamente ao apoio necessário para a implementação do TCIB, Sarel delineou três níveis de apoio por parte das entidades reguladoras: apoio prático, apoio catalisador/advocacia e alinhamento dos requisitos e regulamentos entre países. Em resumo, Sarel abordou a evolução do TCIB, os desafios relacionados com a interoperabilidade, a escala de adesão e o apoio necessário das entidades reguladoras para a sua implementação eficiente.

Em resumo, Sarel discutiu a evolução do TCIB, os desafios relacionados com a interoperabilidade, a escala de adesão e o apoio necessário das entidades reguladoras para a sua implementação eficiente.

Aswin Ramduny, Banco das Maurícias:

Aswin discutiu as iniciativas implementadas pelo Banco Central das Maurícias para colmatar as lacunas no mercado de retalho e promover os pagamentos digitais. Apesar de um alto nível de inclusão financeira, havia uma dependência significativa de dinheiro e uso limitado de cartões.

Em 2019, introduziram o National ATM Switch para introduzir a concorrência e promover a inovação. Criaram também um sistema de pagamento instantâneo que permitia transacções móveis e possibilitava a ligação de vários bancos. Além disso, foi introduzida uma plataforma bancária aberta centralizada, facilitando a ligação de contas e parcerias entre bancos, empresas de telecomunicações e empresas de fintech.

Para apoiar essas iniciativas, o Banco Central implementou a Lei NPS, incentivando as empresas de fintech a obter licenças e abrindo o sistema RTGS para fins de liquidação. Isso garantiu que as transacções fossem liquidadas em dinheiro do banco central, proporcionando estabilidade.

O portal do governo foi introduzido para facilitar os pagamentos do governo, permitindo que os cidadãos façam pagamentos instantâneos aos ministérios. Foram também lançadas iniciativas transfronteiriças para interligar os sistemas de pagamento com outras jurisdições, resolvendo os problemas de interoperabilidade.

As intervenções conduziram à redução das percentagens de intercâmbio para os comerciantes, incentivando a aceitação dos pagamentos digitais. Os pagamentos públicos tornaram-se mais fáceis e rentáveis, racionalizando as transacções entre agências. O aparecimento de dispositivos móveis agnósticos deu aos clientes mais opções em termos de aplicações fintech.

Em geral, estas iniciativas promoveram a concorrência, a conveniência e a adoção digital. O Banco Central continua a dar prioridade à escolha do cliente e tem como objectivo um ecossistema financeiro robusto e inclusivo.

Nikki Kettles, Mukuru:

Nikki discutiu o papel da Mukuru nas remessas transfronteiriças de pessoa para pessoa e sublinhou a importância de compreender as necessidades dos clientes para transformar o panorama do TCIB. Destacou a presença significativa da Mukuru no mercado, com milhões de clientes e transacções realizadas.

Embora o meio do TCIB apresente desafios e custos mínimos, Nikki salientou que o primeiro e o último quilómetro do espaço de remessas ainda dependem fortemente do numerário. O numerário continua a ser dominante devido à sua conveniência, apesar das discussões sobre carteiras digitais e contas bancárias. Para impulsionar a mudança, ela mencionou o sucesso das fintechs, suas redes de distribuição e sua capacidade de garantir que o dinheiro chegue aos destinatários.

Nikki recomendou que se examinasse a cadeia de valor para superar os desafios do TCIB. Partilhou os produtos inovadores da Mukuru, como a utilização de uma linguagem de programação para pagamentos de mercearias do lado do destinatário. Isto demonstra como a cadeia de valor pode ser mantida. A Mukuru possui várias licenças e opera vários corredores, o que implica pré-financiamento e considerações cambiais.

O TCIB deve centrar-se na viabilização e melhoria do "middle mile", abordando factores como a redução dos encargos, a concessão de acesso aos corredores e a melhoria dos prazos de liquidação. Ao otimizar os processos de liquidação, é possível obter reduções de custos significativas. É igualmente importante integrar os prestadores de serviços financeiros não bancários no sistema.

Em suma, a Nikki sublinhou que o TCIB é um facilitador para o quilómetro intermédio e que deve enfrentar os desafios para racionalizar a cadeia de valor e otimizar o sistema.

O Advogado Thokwane agradeceu aos membros do painel pelas suas contribuições e destacou o progresso significativo no desenvolvimento de infra-estruturas na SADC desde 2012. Reconheceu o sucesso do sistema RTGS da SADC, com volumes e valores crescentes processados através do mesmo, atraindo o interesse internacional. Mencionou também o potencial do SADC switch, outra plataforma da SADC, para enfrentar os desafios levantados por Mukuru. Exortou os

Estados-Membros a prestarem apoio ao mecanismo TCIB operado pela BankservAfrica, uma vez que representa uma oportunidade para colmatar as exigências do mercado.

O Advogado Thokwane encorajou os Estados-Membros a defenderem a solução TCIB da Ashwin, enfatizando os benefícios da inovação centralizada impulsionada pelo banco central, incluindo a digitalização dos pagamentos do governo e a redução dos custos de transação.

Painel

Modelos de Financiamento Climático Relevantes para o Mercado da SADC

Os temas abordados no painel de discussão são:

- **Visão geral do Programa de Obrigações Verdes da SADC**
- **O papel do financiamento inteligente para o clima para estimular o crescimento.**

Facilitado por Joanne Manda, PNUD

Membros do painel: Joyce Dlamini (Bolsa de Valores de Eswatini), William Sichombo (FSD Zâmbia)

Joanne apresentou os seus membros do painel: Joyce Dlamini, Directora Executiva da Bolsa de Valores de Eswatini, que partilharia informações sobre o Programa de Obrigações Verdes da SADC, e William Sichombo, Diretor de Política e Serviços Financeiros Digitais da FSD Zâmbia, que se centraria no papel do financiamento inteligente em matéria de clima na promoção do crescimento inclusivo. Prosseguiu destacando o trabalho que está a ser feito pelo PNUD em torno das finanças, incluindo iniciativas destinadas a desbloquear capital para os ODS através do Centro de Finanças Sustentáveis de África. Afirmou que o painel de discussão centrar-se-ia especificamente no financiamento climático e na sua potencial alavancagem para a região da SADC.

Relativamente às obrigações verdes, Joanne referiu o aumento global de instrumentos financeiros sustentáveis e o seu potencial para alavancar o capital privado e alcançar os ODS. Explicou que a emissão de uma obrigação verde transmite um compromisso com a sustentabilidade e oferece benefícios como um menor custo de capital e acesso a novos investidores. O apoio do PNUD na emissão de obrigações temáticas centra-se em assegurar o alinhamento do impacto dos ODS com as políticas nacionais e em estabelecer quadros eficazes de monitorização e informação.

Joanne sublinhou o aspeto inclusivo do financiamento climático, referindo que as obrigações podem ser utilizadas para financiar investimentos de grande e pequena escala. Destacou a utilização das receitas das obrigações para financiar empréstimos ecológicos e o potencial das obrigações de retalho e das obrigações da diáspora para ter impacto na economia real.

Para concluir, Joanne partilhou que os ODS, o PNUD e o UNCDF estão a conceber um programa centrado no financiamento da economia real, visando a inclusão financeira. Este programa utiliza plataformas agregadoras para angariar fundos através de obrigações ou outros instrumentos de grande dimensão e desembolsá-los em pequenos empréstimos adequados ao mercado.

Joyce Dlamini, Directora Executiva da Bolsa de Valores de Eswatini:

Joyce discutiu as iniciativas empreendidas pelas bolsas de valores da SADC para promover a inclusão financeira. Mencionou cinco iniciativas-chave implementadas pelas bolsas de valores da SADC para captar mais participantes nos mercados de capitais.

Uma iniciativa é o desenvolvimento de aplicações móveis e códigos USSD acessíveis em smartphones e telemóveis

tradicionais. Esta iniciativa reconhece a utilização generalizada de telemóveis para várias transacções e visa envolver mais pessoas nos mercados de capitais.

São também realizados programas educativos em toda a região, em colaboração com instituições como o Centro para a Inclusão Financeira, a Autoridade Reguladora dos Serviços Financeiros e o Banco Central. Estas instituições estabelecem parcerias com incubadoras de empresas para oferecer programas de literacia financeira, mudando a mentalidade dos indivíduos para que considerem as bolsas de valores como uma opção viável para a angariação de fundos.

Garantir um mercado robusto com títulos suficientes é crucial, e as bolsas de valores participam ativamente em programas de sensibilização dirigidos a potenciais emitentes. Visitam as empresas para as informar sobre as opções disponíveis para a obtenção de financiamento nas bolsas de valores.

Foram planeadas conferências de investimento, tendo a primeira sido iniciada em Eswatini em 2019, mas foi interrompida pela pandemia de Covid-19. No entanto, em colaboração com a SNG Grant Thornton, o primeiro Eswatini Green Bond Indaba foi planeado para ser lançado a 22 de maio de 2023. O evento servirá de plataforma para empresas e partes interessadas acederem a financiamento para projectos ESG.

Em resumo, a Bolsa de Valores de Eswatini visa promover uma mudança de mentalidade e incentivar as empresas a considerarem as bolsas de valores como uma fonte de financiamento. Também visa a emissão de instrumentos de financiamento climático, incluindo obrigações de género. Joyce sublinhou a necessidade de uma ação colectiva para combater as alterações climáticas e destacou a responsabilidade de cada um de dar pequenos passos nas suas esferas de influência.

Joyce também apresentou uma panorâmica do Programa de Obrigações Verdes da SADC, que visa apoiar as bolsas de valores individuais na emissão de obrigações verdes ou de sustentabilidade. O programa, financiado pelo FSD África, realizou workshops de capacitação para as partes interessadas na região, centrando-se na potencial emissão de obrigações verdes e prestando apoio consultivo.

Salientou o papel dos verificadores externos no processo das obrigações verdes, garantindo que a utilização das receitas está em conformidade com as intenções declaradas. Estes verificadores desempenham um papel crucial na manutenção da transparência e da responsabilidade, evitando que os fundos sejam desviados para fins não intencionais.

Joyce sublinhou o potencial para resultados notáveis se todas as partes interessadas no ecossistema da SADC trabalharem em conjunto. Os investidores globais têm demonstrado um forte interesse na sustentabilidade e no financiamento do clima, como se pode ver pela subscrição excessiva de obrigações verdes em todo o mundo. Ao atrair estes investidores globais, a região da SADC pode canalizar fundos para projectos e iniciativas.

Em Eswatini, foi compilada uma série de projectos abrangentes, envolvendo os sectores público e privado. Esta lista foi submetida ao Gestor do Programa de Obrigações Verdes da SADC, que ajuda a garantir que as empresas cumprem os critérios necessários para atrair fundos globais.

Joyce concluiu que o Programa de Obrigações Verdes oferece uma oportunidade para as bolsas de valores e os participantes do ecossistema se alinharem com o financiamento global da sustentabilidade e atraírem investimentos para os seus respectivos países.

Para concluir o debate, Joanne sublinhou a importância de alavancar instrumentos financeiros como as obrigações verdes e o papel das bolsas de valores na angariação de capital. Sublinhou a necessidade de envolver os prestadores de serviços financeiros não bancários e de dar prioridade à inclusão financeira. Ao explorar diversas vias de acesso ao capital e ao envolver um leque mais vasto de participantes, incluindo instituições não bancárias, o objectivo de expandir a inclusão financeira pode ser alcançado. As bolsas de valores desempenham um papel crucial na disponibilização de uma plataforma para estes esforços, permitindo que as empresas acedam a capital para além dos canais bancários tradicionais e promovendo iniciativas de financiamento sustentável.

William Sichombo, FSD Zâmbia:

O Sr. William reconheceu as insuficiências na inclusão financeira e os impactos reais das alterações climáticas na Zâmbia e noutros Estados-Membros da SADC, o que afectou o PIB e a realização dos ODS. Sublinhou a necessidade de repartir o financiamento necessário para cumprir os objectivos da ação climática e garantir que são feitos os investimentos certos em iniciativas relacionadas com o clima.

Explicou os quatro objectivos principais ao considerar as alterações climáticas e a inclusão financeira. Entre os objectivos estão a mitigação dos efeitos das alterações climáticas através de serviços financeiros que promovam a eficiência energética, a criação de resiliência nas comunidades, reduzindo a vulnerabilidade através de produtos de seguros adaptados, facilitando a adaptação aos impactes das alterações climáticas e a transição para meios de subsistência sustentáveis, e abordando o impacto desproporcionado das alterações climáticas nos vulneráveis através de serviços financeiros inclusivos.

O Sr. William mencionou vários projectos de financiamento do clima, como as energias renováveis, a gestão da água e os transportes sustentáveis. Salientou a necessidade de criar um ambiente propício através de políticas, regulamentação, desenvolvimento de infra-estruturas e reforço de competências para promover investimentos relacionados com o clima.

Partilhou exemplos de projectos realizados pelo FSD Zâmbia, incluindo seguros inclusivos para culturas e gado, digitalização das finanças agrícolas e promoção de alternativas ao carvão vegetal. Estas iniciativas centram-se na escalabilidade, na sustentabilidade e na alavancagem da tecnologia para fornecer produtos inovadores aos níveis de base.

Em conclusão, o Sr. William sublinhou a importância de uma estreita colaboração entre os membros da SADC para fazer face às alterações climáticas, uma vez que estas não conhecem fronteiras e têm implicações regionais. Expressou a sua gratidão e devolveu a plataforma a Joanne para mais debates.

Comentário de Dionisia Peter Mjema, Economista Principal, Ministério das Finanças da Tanzânia:

A Sra. Dionisia Mjema destacou os progressos realizados na Tanzânia no domínio das finanças ecológicas e sustentáveis. A tónica passou do financiamento tradicional baseado nos impostos para o envolvimento do sector privado, o que trouxe os seus próprios desafios. Para resolver este problema, foi constituída uma equipa nacional e foi formulada e lançada uma estratégia pelo Ministro das Finanças em maio de 2021. A equipa era composta por membros de várias entidades, incluindo o Banco Central, a bolsa de valores, o tesouro, as autoridades governamentais locais e os organismos reguladores.

A implementação foi iniciada através de programas de formação de formadores para equipar os departamentos com as competências de desenvolvimento de projectos necessárias para um financiamento sustentável. Foi sublinhada a importância dos projectos financiáveis e estão a ser definidas orientações e regras para a sua criação. A Autoridade da Água estava a preparar-se para emitir uma obrigação verde, e o sector privado respondeu positivamente. Uma obrigação social emitida pelo NMB suscitou um grande interesse, tendo as subscrições excedido o objectivo.

As obrigações islâmicas também foram emitidas com êxito, com a participação de dois bancos e uma instituição de microfinanciamento, e registaram uma subscrição excessiva. Estão a ser envidados esforços para formular orientações para o financiamento ecológico e explorar opções de financiamento coletivo para apoiar as MPME. A listagem cruzada da obrigação social noutra bolsa de valores atraiu potenciais investidores. Os acordos de parceria público-privada foram ativamente prosseguidos, criando oportunidades e gerando um maior interesse dos investidores no mercado de capitais.

A Sra. Joanne agradeceu ao delegado por ter partilhado a sua experiência e referiu que as obrigações verdes tinham sido subscritas em excesso, tanto a nível nacional como internacional, o que indica uma forte procura destes instrumentos. Salientou a importância de sensibilizar e educar os participantes no mercado sobre as obrigações verdes, os requisitos de informação e os projectos elegíveis. Quando estes aspectos forem compreendidos e implementados, o processo pode tornar-se mais eficiente.

Observações Finais

Brendan Pearce, FinMark Trust

A Sra. Brendan agradeceu aos parceiros envolvidos na organização do Fórum da SADC e destacou a importância das parcerias para alcançar o sucesso. Agradeceu às equipas da FinMark Trust e do secretariado da SADC pelos seus esforços para tornar o Fórum um sucesso.

A Sra. Brendan mencionou a mudança da inclusão financeira 1.0 para a 2.0, com foco em aproximar o acesso e a inclusão financeira de importantes resultados económicos e meios de subsistência. Mencionou o projecto de Estratégia de Inclusão Financeira da SADC, que capta esta mudança e tem feito progressos na implementação.

Destacou também o apoio prestado pelo programa SIBE, financiado pela União Europeia, que ajudou a fazer avançar a agenda. Foram feitos progressos em várias áreas, como demonstram os dados globais de inclusão financeira apresentados.

Brendan salientou a necessidade de a estratégia ser vista como um documento vivo, centrado em acções implementáveis e indicadores de qualidade. Elogiou a equipa do Secretariado da SADC e sublinhou a importância de aproveitar todos os recursos disponíveis na região, incluindo doadores, ONGs e DSFs, para implementar com sucesso a estratégia.

Agradeceu aos delegados pela sua participação e encorajou-os a darem feedback através do processo de avaliação. Desejou felicidades a todos e expressou a sua esperança de sucesso contínuo em futuros fóruns.

Entrevista com Brendan Pearce